

CADÊ O DINHEIRO DO SERVIDOR? Azambuja atrasa em três meses repasses para sindicatos

PÁGINA 4

servidor público.MS

Jornal do funcionalismo público em Mato Grosso do Sul

Campo Grande, MS
Segunda-Feira, 17 de Dezembro de 2018
Distribuição Dirigida

www.servidorpublicoms.com.br

Ano 6 | Edição 98



NA CONTRAMÃO DA REALIDADE

Por 22 votos favoráveis e 2 contrários, foi aprovado o aumento de salário de vereadores, durante sessão na quinta-feira (6), em Campo Grande. O projeto, votado em regime de urgência, foi tornado público durante a manhã no plenário da Câmara Municipal de Campo Grande e as comissões deram parecer, em menos de cinco minutos, fazendo o salário bruto dos parlamentares saltar de cerca de R\$ 15 para R\$ 19 mil.

PÁGINA 10

DENÚNCIA

Verdade incomoda e presidente do Sindetran passa a ser perseguido

PÁGINA 13

CONQUISTA

Lei altera a Assistência Médica dos aposentados do Judiciário

PÁGINA 5

MAIS CONFORTO AOS ASSOCIADOS

AME inaugura salão de festas, área de convivência e estacionamento

PÁGINA 14

ESPECIAL CASSEMS

Confira mês a mês as conquistas e campanhas realizadas pela Cassems



PÁGINAS 6 a 9

VARIEDADES & CULTURA

Policia civil lança livro sobre poesias

PÁGINA 15

ELA NÃO ANDA, ELA DESFILA:

A complexidade da beleza da mulher com deficiência

SARAH SANTOS

|| Descobri que tinha deficiência quando, no ensino primário, fui brincar de roda com um menino e ele se recusou a pegar minha mão, enfatizando: “eu não vou pegar, você nem tem braço”. Essa situação provavelmente se assemelha à de outras pessoas com deficiência. Existe uma ocasião em que a cortina cai e a coloca em uma caixa de estigmas, inclinado ao mais alto posto de diferenciação, de ausência de um membro ou sentido, da deformação e da incompletude corpórea. Para as mulheres, as marcas das cobranças excessivas se agravam.

O fardo no lombo da mulher com deficiência é mais pesado do que ela pode carregar. Além dos percalços em barreiras físicas, comportamentos sociais e de comunicação, as dificuldades em integrar o gênero feminino não deixam de se apresentar. Os padrões de beleza, procedimentos estéticos dolorosos e a indústria que dita vigorosamente o que é belo e o que não é excluem completamente mulheres com limitações físicas, mentais e intelectuais do convívio social, amoroso e sexual. Ser mulher com deficiência é não ver o seu corpo pautado na revista, na no-



Sarah Santos: Me querem sempre como ‘exemplo de vida’, mas nunca como referência de beleza. Sarah em desfile de moda

vela, nos outdoors, nas passarelas e editoriais de moda. Com isso, não estar representada sequer nas campanhas que prezam pela ‘beleza natural’, pois o que foge demais do modelo ideal, não interessa para a indústria. Quando pautado, o corpo é visto sob a ótica da deficiência e nunca como apenas um corpo bonito da sua forma.

Também, ser mulher com deficiência é não ter utensílios de estética ou roupas acessíveis para as especificidades da sua estrutura física. O mercado da beleza quer faturar com a maioria e, mesmo que pessoas com deficiência produzam capital e também queiram estar integradas nesse contexto, são jogadas para escanteio e nem ao menos pensadas no pro-

cesso de produção e lançamentos de produtos e marcas. Em vista grossa, estar excluída da massiva produção estética não significa muito. No entanto, em um país que é o terceiro no ranking mundial de consumo em beleza e segundo em cirurgias plásticas, possuir um corpo na contramão do que é belo acarreta em uma série de traumas para a mulher com deficiência. Impacta na forma como ela é vista nas ruas, no trabalho, na escola e na participação da vida social.

O entendimento do corpo da pessoa com deficiência como assexuado não é coincidência. Justamente por este motivo, raramente encontra-se esse grupo de pessoas nos bares, casas de música e outros espaços de

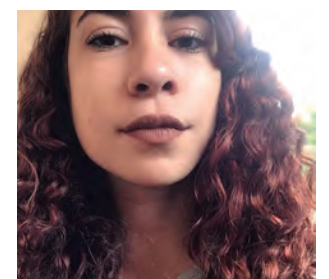
cultura e lazer. Pensam em acessibilidade apenas para o básico e não consideram a interação humana de qualidade uma necessidade. Para a mulher, esse campo de disputas é mais acirrado ainda. Mulheres com deficiência pouco frequentam salões de beleza, lojas de roupa e espaços de estética pela falta de acessibilidade e uma cultura de receptividade para este grupo de consumidoras.

Infelizmente, essa cadeia acarreta em baixa autoestima, adoecimento mental e facilita a violência doméstica contra mulheres com deficiência, visto que uma pessoa que não busca o autocuidado e auto-amor para com o seu corpo, tende a aceitar situações de agressões contra ela. A

Agência Internacional de Mulheres com Deficiência apontou que 40% das mulheres com deficiência em todo o mundo são vítimas de violência. A pesquisa indicou ainda que mulheres com deficiência estão muito mais suscetíveis a abusos que mulheres sem deficiência. Essas violações podem se manifestar por agressão física, patrimonial, psicológica, intimidação, fraude ou negligência em cuidados.

O caminho para resgatar essas mulheres é o fortalecimento psicológico para aumentar a autoestima e, indiretamente, a acessibilidade no campo da cultura, lazer e indústria estética também. Se empresários e proprietários se apropriarem da responsabilidade social do seu ofício e busca-

rem a participação de mulheres com deficiência nesses ambientes, o impacto não será apenas econômico, mas muito maior do que se pode imaginar. O direito a criar e manter a autoestima de mulheres fora dos padrões estéticos deve ser garantido.



Autora

Sarah Santos é jornalista e produtora de conteúdo com deficiência de 21 anos formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) que dá palestras sobre deficiência e ser mulher.

Reinaldo Azambuja fechará Governo sem deixar caixa para cobrir despesas de MS

|| A menos de um mês do fim do mandato, 11 governadores correm o risco de deixar seus Estados sem caixa para cobrir despesas realizadas em sua gestão, segundo levantamento feito pelo 'Estado/Broadcast'. A prática é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e criminalizada no Código Penal, sujeita a pena de um a quatro anos de reclusão, embora até hoje ninguém tenha sido responsabilizado formalmente.

A punição foi incluída na lei para que os sucessores no cargo não encontrem uma situação de "terra arrasada" quando começarem os seus mandatos. A reportagem consultou técnicos do Tesouro Nacional para cruzar dados fornecidos pelos próprios Estados ao Ministério da Fazenda e chegar à disponibilidade de caixa de cada um deles até outubro deste ano. Depois, foram estimados o volume de despesas deste ano que ficará para o próximo exercício (os chamados "restos a pagar"), uma vez que este valor também afeta as disponibilidades financeiras dos Estados.

Os chefes dos poderes precisam pagar todas as despesas feitas em seu mandato. Para isso, devem quitar todos os compromissos até 31 de dezembro do último ano da gestão ou deixar dinheiro em caixa para honrar as parcelas que ficarem para seu sucessor. No entanto, muitos já admitem publicamente que não terão dinheiro, por exemplo, para pagar o 13.º salário dos servidores. A fatura ficará para os governadores eleitos. Se somadas as disponibilidades de caixa dos governos estaduais, a estimativa do rombo que deve ficar para os eleitos é de R\$ 78,4 bilhões.

No ritmo atual, correm o risco de ficar sem caixa para cobrir os gastos os governos de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe. Também estão nesse grupo São Paulo e Rio Grande do Norte, mas esses Estados só apresentaram até agora os dados da execução orçamentária até agosto, de acordo com o sistema do Tesouro.



No ritmo atual, Mato Grosso do Sul corre o risco de ficar sem caixa para cobrir os gastos

Cortar despesas

Para barrar a ameaça de descumprimento da LRF, os governos estaduais precisariam conter despesas ou cancelar restos a pagar de anos anteriores. Mas a avaliação de técnicos do governo federal é de que essa é uma tarefa difícil, uma vez que o mais provável é que os serviços contratados já tenham sido prestados. Nesse caso, cancelar a despesa corresponderia a uma espécie de "maquiagem", com a criação de um orçamento paralelo. Por isso, o cenário pouco deve se alterar até o fim de 2018.

Além disso, as informa-

ções que constam nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e de Execução Orçamentária (RREO) usados pela reportagem para fazer o levantamento são declaratórias dos Estados. Isso significa que há chance de existirem "esqueletos" a serem desvendados pelos próximos governos.

A apuração do cumprimento ou não do artigo 42 da LRF é feita pelos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs) no momento da análise das contas de governo e depende ainda de uma interpretação jurídica do texto legal. Esses tribunais,

preenchidos por indicações políticas, até hoje não motivaram nenhuma condenação de governador por deixar rombo no caixa, embora a situação já tenha sido verificada em anos anteriores.

"O que está acontecendo com os órgãos de controle? Quem se beneficia com esse processo? Temos que fazer essas perguntas. Não há o controle externo dos tribunais de contas", alerta a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, que passou os últimos anos lidando com o problema.

GUAICURUS
GRÁFICA RÁPIDA
3387-9448 - 991042489 - 99344-1179

CARIMBO
AUTOMÁTICO

R\$ **30**,00

Carimbo automático
Nikon 301 / 302

FIQUE POR DENTRO
servidorpublicoms.com.br

CADÊ O DINHEIRO DO SERVIDOR?

Reinaldo atrasa em três meses repasses a sindicatos

Desde o período eleitoral até o momento, diversos sindicatos de servidores públicos estaduais estão sem o repasse que deve ser feito mensalmente pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Os atrasos vão completar três meses, denunciam os servidores. Sobre o assunto, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) sequer explicou aos funcionários o motivo dos atrasos.

Presidente do Sinpol (Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso do Sul), Giancarlo Miranda explica que a contribuição sindical é descontada em folha dos servidores. “Então o repasse teria que ser automático. Mas o governador passou o ano de 2018 atrasando em dez, 15 dias esse repasse. Agora já vão fechar três meses. Tudo o que nós queremos saber é onde está o dinheiro do servidor?”, questiona.

De acordo com o presidente, o dinheiro é usado



Governador sequer explicou aos funcionários o motivo dos atrasos nos repasses

para manter a instituição e fiscalizar postos de trabalho. “Nós temos funcionários a pagar e um trabalho de fiscalização de delegacias no interior que depende desse dinheiro. Nós constatamos muitas delegacias usadas como cadeia neste ano e isso prejudica o servidor. É um trabalho importante, como de todo sindicato, que não pode parar por falta de um recurso que é direito do servidor,

que contribui para isso”.

Alguns dirigentes sindicais apontam ‘represália’ do tucano por conta de apoio político, na época das eleições, ao candidato Odilon Oliveira (PDT), que concorreu com ele ao governo do Estado.

“Se for isso é mais grave ainda. É um absurdo que a gente tenha que sofrer um boicote de um dinheiro que é do servi-

dor, não do governo. O governo tem por obrigação fazer o repasse em dia e não está fazendo”, reclama.

Após as eleições, alguns deles chegaram a perder gratificações salariais, que são dadas por conta da função desempenhada, e não por apoio político. “É de um autoritarismo sem tamanho. Uma decisão arbitrária”, disse um deles.

Repasso arbitrário

Neste ano, a 3ª Vara da Fazenda Pública determinou que o governo do Distrito Federal repasse os valores recolhidos a título de mensalidade paga pelos servidores filiados ao Sindicato dos Procuradores do Distrito Federal e à Associação dos Procuradores do Distrito Federal em até 24 horas depois que os valores tiverem sido efetivamente creditados. A decisão é do juiz Jansen Fialho de Almeida.

Na ação, as duas entidades de classe pediam que o Distrito Federal fizesse o repasse da contribuição dos sindicalizados imediatamente após o desconto em folha – e não ao final de cada mês, como vinha ocorrendo. No caso, o governo do Distrito Federal desconta a contribuição dos servidores ligados às associações sempre no quinto dia útil de cada mês.

De acordo com o magistrado, a legislação distrital que dispõe sobre o desconto em folha dos servidores públicos não estabelece nenhum prazo para que a Administração Pública efetue o repasse da contribuição descontada dos seus

servidores. Mas, segundo ele, essa falta de regulamentação sobre os prazos não deveria fazer diferença.

“O silêncio da legislação quanto à fixação do prazo para repasse é irrelevante, pois sendo as mencionadas contribuições de competência das partes autoras, estas devem ser repassadas imediatamente, sob pena de infringir o princípio constitucional da liberdade sindical”, entendeu Fialho.

Para o juiz, a omissão legislativa não pode levar ao que chamou de “atuação arbitrária do ente público”. Ele destacou ainda que as contribuições associativas pagas por seus filiados têm natureza de patrimônio privado, e não público.

“A retenção das contribuições sindicais e associativas é absolutamente indevida, eis que estes valores não pertencem ao Poder Público, sendo o Distrito Federal apenas o arrecadador das quantias tão somente pelo fato de os descontos serem efetuados diretamente da folha de pagamento de seus servidores”, afirmou.



“Então o repasse teria que ser automático. Mas o governador passou o ano de 2018 atrasando em dez, 15 dias esse repasse. Agora já vão fechar três meses. Tudo o que nós queremos saber é onde está o dinheiro do servidor?”

Giancarlo Miranda
Presidente do Sinpol

Sinpol e Sinsap solicitam retirada das carreiras do projeto de Previdência Complementar

|| Na quarta-feira (12), o Sinpol-MS e o Sinsap-MS solicitaram à Assembleia Legislativa a retirada dos policiais civis e dos agentes penitenciários estaduais do Projeto de Previdência Complementar. O pedido foi apresentado pelos deputados estaduais Amarildo Cruz, Cabo Almi, João Grandão e Pedro Kemp. Segundo o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, o pedido justifica-se pelas particularidades das carreiras. “Esperamos que os legisladores observem que os profissionais da Segurança Pública têm uma função diferenciada e

exercem atividade de risco, que precisam da devida valorização, até mesmo no momento da aposentadoria”, declarou.

O projeto propõe que os servidores públicos estaduais que ingressarem no Serviço Público a partir da publicação da Lei, que receberem salário acima do teto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) – R\$ 5.645,80 – e que quiserem manter o valor da remuneração atual na aposentadoria, terão que aderir à previdência complementar.



O pedido justifica-se porque os profissionais da Segurança Pública exercem atividade de risco

Conquista: Lei que altera a Assistência Médico-social dos aposentados do Judiciário é publicada em Diário Oficial

|| O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul comunica a publicação da Lei Nº 5.275, de 4 de dezembro de 2018 de autoria do Poder Judiciário, e visa alterar a Lei da Assistência Médico-social (AMS), no Diário Oficial do Estado, após ser promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Junior Mochi, no dia 5 de dezembro. A promulgação decorre da sanção “tácita” do governador diante do transcurso de prazo legal sem o veto, cabendo ao presidente do Legislativo fazer a promulgação/publicação da Lei.

1 - Inicialmente foi elaborado pedido do Sindicato para mudança da Lei e abertura da possibilidade de futuros reajustes; 2 - O Tribunal atendeu ao



Nos próximos dias será buscada a implantação de reajuste do benefício a ser concedido

pedido encaminhando o projeto de Lei; 3 - Após uma longa tramitação o projeto foi aprovado pelas comissões e pelas duas votações em plenário; 4 - Nesta data foi realizada publicação da promulgação entrando em vigência a Lei que autoriza o presidente do TJ a conceder reajustes; 5 - Agora, chegamos à última etapa dessa caminhada que é a busca pela definição do reajuste e

seu pagamento diante da autorização legal;

Nos próximos dias será buscada a implantação de reajuste do benefício a ser concedido pelo presidente do TJ/MS, bem como serão solicitadas informações acerca da possível retroatividade e data de pagamento do benefício da Assistência Médico-social aos aposentados do Judiciário.

Lembrando que o pedido do SINDIJUS-MS é de reajuste para o valor de R\$ 1.300, equivalente ao auxílio-alimentação (equiparação total), com impacto calculado em 7,9 milhões por ano, entretanto, ainda não se sabe qual será o reajuste exato a ser concedido pelo Tribunal de Justiça, já que pode deferir parcialmente o pleito da categoria, conforme disponibilidade orçamentária.

Ressalta-se que com a sanção da Lei há um grande avanço, pois a partir de agora será possível negociar livremente o valor, antes vinculado ao salário-base do analista judiciário ou dependente de alterações da Lei, passando agora a abrir margem para reajustes futuros de forma mais rápida como ocorre no auxílio alimentação.

A direção-geral agradece ao presidente da Assembleia Legislativa, Júnior Mochi, que sempre buscou pautar com rapidez o projeto e sua assessoria por sempre estar disposta a disponibilizar informações.

Ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), deputado Barbosinha, e sua assessora Morgana, que

auxiliaram na apreciação e adequação técnica e jurídica do texto legal.

E, também ao deputado Professor Rinaldo, líder do governo na ALMS, que viabilizou todo andamento e interlocução junto ao Governo do Estado, possibilitando a aprovação da Lei, já que a base governista tem a ampla maioria do Legislativo.

Além de todos os filiados, diretores e demais pessoas que colaboraram para esse marco na valorização dos aposentados que agora têm em Lei a possibilidade de obter reajustes com mais facilidade do benefício que pretende compensar e prejuízo decorrente da ausência do auxílio alimentação e aumento de gastos com saúde em estágio avançado da vida.

JANEIRO



|| Plantão da Alegria comemora Dia do Paciente com atenção e carinho no Hospital Cassems de Campo Grande

Emília, Minie e a palhaça Pipoca, integrantes do Plantão da Alegria, visitaram, no final da tarde do dia 15 de janeiro, todos os pacientes internados no Hospital Cassems de Campo Grande e levaram sorrisos, atenção e carinho em homenagem ao Dia do Paciente, comemorado no dia 14. Além de um papo descontraído com adultos e crianças, o Plantão da Alegria distribuiu um marcador de livro como forma de expressar solidariedade em um momento de extrema fragilidade. “É muito importante que a pessoa seja lembrada, não apenas como paciente, mas como ser humano”, explica Renata Queiroz, integrante do Plantão da Alegria, projeto desenvolvido voluntariamente por colaboradores do Hospital Cassems de Campo Grande.

MARÇO

|| ‘VII Encontro de Gestores de RHs da Cassems’ promove debate sobre violência contra a mulher

Aconteceu, no dia 14 de março, no Novotel, a sétima edição do “Encontro de Gestores de RHs da Cassems”. O evento, que teve como tema “Família: Um bem que merece ser cuidado”, é realizado anualmente com o objetivo de estreitar laços e o relacionamento entre a Cassems, as secretarias e os órgãos conveniados. Nesta edição, o encontro realizou palestras e debates sobre políticas públicas no enfrentamento da violência contra a mulher. Ricardo Ayache, presidente da Cassems, fez a abertura do evento apresentando o planejamento estratégico adotado pela Caixa dos Servidores que será o guia para o futuro da empresa. “É um evento importantíssimo porque reúne todos os profissionais de Recursos Humanos do Estado que estão em contato direto com os servidores públicos. O nosso objetivo aqui é apresentar um planejamento estratégico que nós estamos realizando na Cassems porque, depois de crescer tanto, nós precisamos olhar para aquilo que nós precisamos melhorar e aquilo que nós desejamos para o futuro. Esse planejamento será o nosso guia para a construção de uma Cassems ainda melhor para todos os servidores públicos”, pontua.



FEVEREIRO



|| Em visita, secretário de MT conhece o modelo de gestão da Cassems

O presidente da Cassems, Ricardo Ayache, recebeu, no dia 06 de fevereiro, a visita do secretário de Administração do Governo de Mato Grosso, Julio Cezar Modesto, na Unidade Hospitalar de Campo Grande. Modesto veio a Mato Grosso do Sul com a missão de conhecer experiências que deram certo na área da saúde suplementar e levar propostas que possam contribuir na implantação de modelos semelhantes em outros estados.

A superação dos desafios, manutenção do equilíbrio financeiro e investimento constante em melhorias e que refletem na qualidade do atendimento prestado, animaram o secretário mato-grossense, que já tinha boas referências da Cassems. “Num primeiro contato e com as informações que foram disponibilizadas estamos saindo bem impressionados. Acho que é um modelo a ser seguido. Os servidores públicos sendo assistidos e sendo bem tratados com certeza reflete em melhores serviços para o cidadão”, comenta o secretário.

Para Ricardo Ayache, a visita demonstra que todo o trabalho realizado à frente da Cassems se transformou numa referência e em um modelo a ser seguido por outros estados. “A presença do secretário de Administração de Mato Grosso mostra que nós crescemos, que nos profissionalizamos e melhoramos a qualidade do nosso atendimento. Poder contribuir com os demais estados é motivo de grande orgulho”, finaliza.

ABRIL



|| Assembleia Geral Ordinária aprova contas da Cassems por maioria absoluta

A prestação de contas da Cassems, referente ao exercício 2017, foi aprovada, por maioria absoluta, na “XVII Assembleia Geral Ordinária (AGO) de Prestação de Contas, realizada no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, no dia 06 de abril. O evento é realizado anualmente e aberto a todos os servidores estaduais que são beneficiários da Caixa dos Servidores. Neste ano, aproximadamente 700 beneficiários titulares de 60 municípios participaram da AGO e aprovaram a prestação de contas. Durante a Assembleia, foram apresentados o Relatório das Atividades realizadas pela Cassems, no exercício de 2017, a prestação do Conselho de Administração e a apresentação dos pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, também referentes ao exercício 2017.

MAIO

|| Convênio entre Hospital Cassems e Justiça permite apadrinhamento de jovens em situação de risco

No dia 29 de maio, a Cassems firmou convênio para participar do projeto Jovem Aprendiz. Em parceria com o Tribunal de Justiça de MS, Tribunal de Contas do Estado, da Vara da Infância, Juventude e do Idoso de Campo Grande e do Senac, a Caixa dos Servidores abrigará 12 adolescentes moradores de lares de adoção que farão estágio remunerado de 15 meses no Hospital Cassems da Capital. A juíza da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso, KatyBraun do Prado, revela que o grande desafio do Poder Judiciário é saber qual vai ser o destino dos meninos e meninas que chegam aos abrigos. “Nossa preocupação maior é com os jovens que não conseguem um lar adotivo, porque, por regra, o serviço de acolhimento é para pessoas de até 18 anos de idade. Então a partir de 18 anos e um dia, esses meninos e meninas precisam ser desligados das instituições de acolhimento. E essa é uma situação que nos preocupa muito”. O presidente da Caixa dos Servidores, Ricardo Ayache, reforça que uma das vocações do Hospital Cassems de Campo Grande é oferecer oportunidades. “Mais do que isso, o nosso Hospital, neste momento, está dando oportunidade para que esses jovens enxerguem no trabalho uma perspectiva de uma vida melhor, de uma nova vida”.



JUNHO



|| Cassems está entre as 10 melhores grandes empresas para se trabalhar no Centro-Oeste

A Cassems recebeu, no dia 26 de junho, o prêmio GreatPlaceToWork (GPTW) e foi eleita pela empresa global como uma das 10 melhores empresas de grande porte para se trabalhar no Centro-Oeste. A premiação foi entregue em Goiânia-GO, ao vice-presidente da Caixa dos Servidores, Ademir Cerri. O ranking Melhores Empresas para Trabalhar é o padrão de excelência para a definição de excelentes ambientes de trabalho e o GreatPlaceToWork é pioneiro em conduzir essa pesquisa que existe em todo o mundo, em 53 países, nos seis continentes. Para o presidente da Cassems, Ricardo Ayache, a Caixa dos Servidores avança no reconhecimento de um trabalho desenvolvido ao longo de seus 17 anos. “A Cassems sempre prezou pela gestão profissionalizada, pela atualização e treinamento constante de seus colaboradores. Essa importante premiação representa a confirmação de que estamos no caminho certo, valorizando o capital humano e contribuindo para o desenvolvimento desses profissionais. Construindo coletivamente o que a instituição considera como uma empresa que valoriza as pessoas”.

JULHO



|| Cassems inaugura serviço de quimioterapia para a região de Nova Andradina

No dia 23 de julho, mais um sonho dos beneficiários Cassems de Nova Andradina e região foi realizado. Em solenidade que contou com a presença do presidente da Caixa dos Servidores, Ricardo Ayache, foi inaugurado o primeiro serviço de quimioterapia de toda a região. De acordo com Ayache, o serviço de quimioterapia de Nova Andradina segue o mesmo padrão de qualidade dos procedimentos realizados em outros centros, como Campo Grande. “Estamos trabalhando para melhorar o hospital em todos os sentidos, tanto no quesito eficiência, quanto no acolhimento. Queremos que as pessoas se sintam acolhidas”, explicou.

AGOSTO

|| ‘8ª Corrida Saúde Cassems’ leva mais de 2.600 pessoas a praticarem qualidade de vida

Cerca de 2.600 pessoas participaram da oitava edição da “Corrida Saúde Cassems-Noturna”, na noite do dia 25 de agosto. A Corrida, que foi realizada pela segunda vez no período noturno, ofereceu percurso de corrida de 5 km e 10 km e caminhada de 5 km. Além de incentivar a prática esportiva como o melhor caminho para uma maior qualidade de vida, a Corrida Cassems também promove a

solidariedade ao arrecadar mais de 5 toneladas de alimentos que serão doados às seguintes instituições de caridade: Cotelengo, ACPD, Doando com Amor e Asilo São João Bosco. O ex-jogador de voleibol Maurício Lima participou da corrida e da entrega de prêmios. Maurício é bicampeão olímpico com a seleção brasileira e foi eleito o melhor levantador do mundo por dois anos consecutivos. Como entretenimento da noite, a banda Naip e o DJ Magão animaram o evento.



SETEMBRO



|| Cassems lança projeto para inclusão de trabalhadores PCD

O Brasil tem, aproximadamente, 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência e, dessas, apenas pouco mais de 418 mil estão no mercado de trabalho, o que representa menos de 1% da população de pessoas com deficiência (PCD), segundo dados da consultoria I.Social. Atenta a esse cenário, a Cassems lançou, no dia 27 de setembro, o projeto “Inclusão nas suas Mãos”, com foco na inserção dessa população no mercado de trabalho. Infelizmente, esse número baixo de PCDs no mercado de trabalho acontece por vários motivos, principalmente, por falta de acessibilidade e por preconceito. O gerente de RH da Caixa dos Servidores, Luciano Coppini, conta que esse processo de inclusão vai impulsionar a identidade organizacional da empresa. “O processo de inclusão está sendo conduzindo por nossa área, mas o papel de cada colaborador é fundamental para garantir um ambiente saudável e mais produtivo. Nossa capacidade de lidar com as diferenças pode e deve ser constantemente aprimorada porque isso agrega ao nosso negócio uma nova forma de pensar, interagir e solucionar problemas. A troca de experiências e vivências entre os colaboradores certamente impulsionará nossa organização a um novo patamar de gestão, aprimorando nossa cultura e identidade organizacional”, afirma.

OUTUBRO



|| Cassems oferece aulas de Yoga para mulheres em tratamento de câncer de mama
A Caixa dos Servidores realizou, no dia 27 de outubro, uma aula de Yoga para as beneficiárias em tratamento no setor de oncologia do Hospital Cassems de Campo Grande. A ação faz parte da programação do “Outubro Rosa” que, durante todo o mês, ofereceu aulas de culinária, arteterapia e exposições artísticas. De acordo com a diretora de Assistência à Saúde da Cassems, Maria Auxiliadora Budib, o objetivo das ações é mostrar para as beneficiárias que além do tratamento convencional, o fortalecimento emocional e psíquico é fundamental. Maria Auxiliadora explica que as práticas alternativas têm grande poder de cura, pois o indivíduo tem um momento para o recolhimento e entendimento.

DEZEMBRO

|| Programa de prevenção ‘Casal Grávido’ realiza 1º Encontro de Famílias para comemorar 7 anos em funcionamento

No dia 02 de dezembro, a Caixa dos Servidores realizou o 1º Encontro de Famílias do Casal Grávido, com um piquenique. Na sede do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), famílias que passaram pelo curso durante a gestação tiveram uma manhã de brincadeiras e diálogos com os profissionais que ministram o curso. As toalhas estendidas com pais e mães interagindo entre si, enquanto os seus filhos corriam no gramado, registraram a qualidade de vida que a Cassems deseja e oferece por meio dos seus programas de prevenção para os beneficiários do plano de saúde. A diretora de Assistência à Saúde da Cassems, Maria Auxiliadora Budib, explica que o Casal Grávido funcionava de maneira trimestral, tornou-se bimestral e atualmente, há um curso por mês. Hoje, também, alcançou as cidades de Três Lagoas e Dourados. “O curso não é pontual, pois é o cuidado do médico durante o pré-natal, o estímulo da amamentação, a visita à maternidade e o acompanhamento das crianças no primeiro ano de vida”.



NOVEMBRO



|| Cassems inaugura em Corumbá o 10º Hospital próprio

O antigo sonho da população da região do Pantanal tornou-se realidade na noite do dia 25 de novembro, quando a Cassems inaugurou o seu 10º hospital próprio, na cidade de Corumbá. A estrutura, que beneficiará a população da Cidade Branca e também de Ladário, fica no bairro Popular Velha, tem 4,5 mil m² de área construída total e abriu suas portas para atendimento ao público externo no dia 3 de dezembro. O Hospital da Caixa dos Servidores de Corumbá será de média complexidade e com equipamentos de última geração. Além de ser uma estrutura moderna e que melhorará em muito o déficit hospitalar da Cidade Branca, essa unidade oferecerá atendimento humanizado para mais de 10 mil beneficiários que tinham que se deslocar por mais de 400 km para serem atendidos. O hospital terá 50 leitos, sendo que na primeira fase serão inaugurados 35, três salas cirúrgicas, cinco consultórios ambulatoriais, dois consultórios odontológicos, Pronto Atendimento 24 horas, além da atual sede regional da Cassems, que também passará a funcionar no mesmo endereço. A Unidade Hospitalar também oferecerá um Centro de Diagnósticos equipado com ressonância magnética, tomografia computadorizada, raios X digital, mamografia, densitometria óssea, duas salas de ultrassonografia, laboratório de análises clínicas e um centro de especialidades médicas. Na segunda fase, contará com o serviço de hemodinâmica e unidade semi-intensiva de internação. O presidente da Cassems, Ricardo Ayache, disse que o corumbaense é um povo especial, um povo apaixonado, um povo que gosta de arte, de cultura, de música, e é também um povo que precisa de uma atenção especial. “Poder inaugurar esse hospital aqui em Corumbá, nesta noite, é motivo de muito orgulho, de muita alegria para todos nós, mas também uma grande responsabilidade. Com certeza, nós vamos trabalhar muito para que esse hospital seja uma grande referência em saúde para todo o nosso Estado”, pontuou.

Maior no País, salário de vereador vira “bico de luxo” para quem ganha até R\$ 34 mil por mês

Edivaldo Bitencourt
www.ojacare.com.br

Com o reajuste de 26,3%, o salário de vereador de Campo Grande pode chegar a R\$ 18.891,68 e ser o mais alto no País. No entanto, a maior parte dos 29 parlamentares exerce outra função e transforma o subsídio pago pelo contribuinte em “bico de luxo”. Em alguns casos, o vereador ganha até R\$ 34,5 mil como funcionário público.

O polêmico reajuste nos salários dos vereadores, do prefeito Marquinhos Trad (PSD), da vice-prefeita Adriane Lopes (Patri) e dos secretários municipais vai custar caro aos cofres públicos. Só o acréscimo no subsídio dos edis vai custar R\$ 1,455 milhão por ano ao erário. Em quatro anos,

o custo será de R\$ 5,820 milhões.

No entanto, esse valor é irrisório para quem apenas complementa renda. O vereador Wellington de Oliveira, o Delegado Wellington (PSDB), recebe salário de R\$ 34.588,31 como coordenador de Operações da Delegacia Geral de Polícia, conforme o Portal da Transparência do Governo do Estado.

Teoricamente, o delegado se divide entre a obrigação como vereador, de frequentar as sessões três vezes por semana (terça, quarta e quinta-feira de manhã), e como delegado concursado da Polícia Civil. Ele votou a favor do reajuste de 26,3%, mas que pode chegar a 47% caso o Congresso Nacional eleve o salário de deputado federal de R\$ 33.763 para R\$ 39.293,32.

O vereador Vinícius de Siqueira (DEM), que foi contra o aumento dos vereadores, atua como oficial de Justiça. Ele recebe o subsídio de parlamentar e o salário como analista judiciário do Tribunal de Justiça, que lhe rendeu R\$ 10.222,69 no mês de outubro deste ano.

Mais modesto é o vencimento de Wilson Sami (MDB). Além de vereador, ele recebe como médico da Prefeitura da Capital, que lhe rendeu R\$ 6.596,57 em novembro. Pelo menos Dr. Sami cumpre expediente nos postos de saúde da Capital.

O seu companheiro no parlamento, Antônio Cruz (PSDB) acumulou o salário de vereador com o de médico até dezembro de 2017, quando recebia R\$ 5,3 mil por mês. No entanto, o tucano não cumpria expediente na rede pública e ganhava do município para administrar o Hospital Evangélico, que é particular.

Outros dois médicos se dividem entre o consultório e o legislativo: Lívio Viana de Oliveira Leite, o Dr. Lívio (PSDB), e Loester Nunes de Oliveira, o Dr. Loester (MDB). O último é integrante do corpo clínico da Santa Casa.

Dr. Lívio foi funcionário do Hospital Regional de



Na Câmara, onde a obrigação é comparecer três vezes por semana, vereadores exercem outras funções, como advogado, radialista, médico, empresário, funcionário público etc

Mato Grosso do Sul Rosa Pedrossian até setembro deste ano. Ele tinha salário de R\$ 15.027,34 como médico no HR. Como era concursado do INSS, ele pediu exoneração do cargo para retomar a carreira como funcionário público federal, onde deverá voltar a receber a partir de dezembro. Lívio ainda é médico concursado do IML, do qual está licenciado para o mandato no legislativo.

Otávio Trad (PTB) se divide entre a Câmara e a atuação como advogado no escritório de Ernesto Borges, um dos mais conceituados e famosos em Campo Grande.

Outro advogado é Odilon Júnior (PDT), que tem escritório de advocacia e já foi funcionário da Assembleia Legislativa. Ele ficou famoso na campanha ao visitar o ex-governador André Puccinelli (MDB) na prisão. Conforme uma das versões, o emedebista,

que possui uma das bancas de defesa mais caras do País, teria lhe consultado sobre eventual prestação de serviços.

Quatro vereadores – Ademir Santana (PDT), Carlos Augusto Borges, o Carlão (PSB), João César Mattogrosso (PSDB) e Júnior Longo (PSB) – apresentam-se como empresários. William Maksoud (PMN) é produtor rural.

Cazuza (PP) e Lucas Lima (SD) são locutores de rádio. Gilmar da Cruz (PRB) e Jeremias Flores (Avante) são pastores.

O atual presidente do legislativo, João Rocha (PSDB), é professor aposentado pelo município. Valdir Gomes (PP) é funcionário de carreira da prefeitura. Ambos só recebem da Câmara.

O único parlamentar a abrir mão do salário de vereador é André Salineiro (PSDB), que optou por receber como poli-

cial federal.

Pelo menos seis vereadores dedicam-se integralmente ao trabalho no legislativo e não possuem renda em outros locais.

Não há ilegalidade no vereador buscar outra fonte de renda. O erro está na falta de pudor e sensibilidade social em arrochar o contribuinte para continuar recebendo salários altíssimos.

Afinal, o parlamento é a base da democracia. Os vereadores não podem receber salário fora da realidade campo-grandense. Atualmente, eles recebem seis vezes a renda média do morador da Capital.

Com o aumento, eles passarão a ganhar quase oito vezes mais. O político não pode se dissociar da realidade do seu povo. A população não pode viver de misérias, enquanto o vereador se locupleta com champanha e caviar.



Wellington, do PSDB, que ganha R\$ 15 mil como vereador e R\$ 34,5 mil como delegado, envolveu-se em polêmica com manifestantes contra o aumento de salário (Foto: Divulgação)



A direção do SintssMS felicita seus filiados e filiações do sindicato e deseja boas festas de Natal e Ano Novo. Também agradece por todo o apoio recebido, em mais um ano de lutas.

É importante ao final de um ano olhar para o que passou, refletir sobre tudo o que aconteceu, para projetarmos nossa próxima caminhada.

Novamente aquela máxima “a luta continua” se repete. Por isso, no ano que vem estaremos aqui mais uma vez, na luta em defesa dos servidores públicos e na torcida para que não se concretize o que vem se desenhando pela frente, que é um ataque ainda maior ao SUS, com total desmonte das políticas de saúde pública.

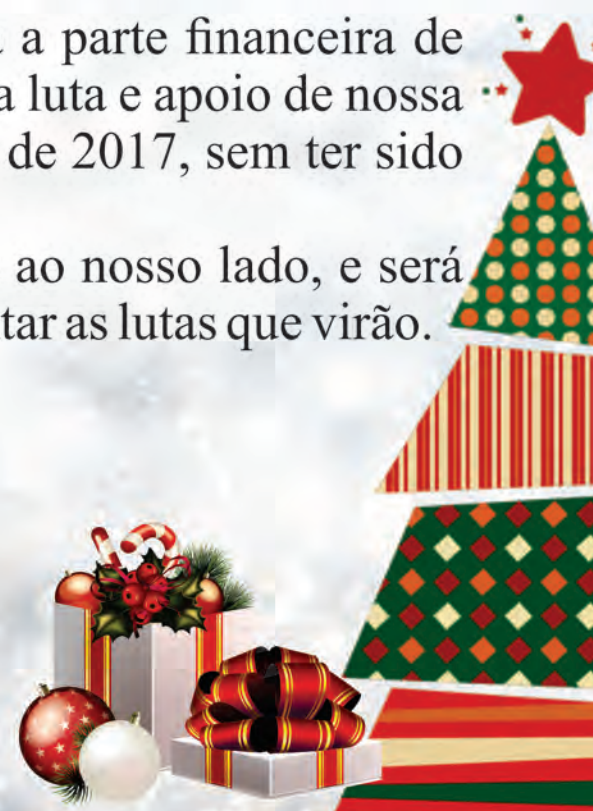
Os governos federal, estadual e municipal precisam se entender e cuidar melhor do seu povo e parar de politicagem...

Entraremos em 2019 na expectativa de ver implantada a parte financeira de nosso Plano de Cargos, Carreira e Salários, que após muita luta e apoio de nossa base, foi aprovada pela Assembleia Legislativa neste ano de 2017, sem ter sido possível sua implementação.

Foi muito importante ter cada um e cada uma de vocês ao nosso lado, e será também muito importante continuarmos juntos para enfrentar as lutas que virão.
Boas festas,

Direção Sintss-MS

Gestão: Defender o Servidor, Fortalecendo o SUS!



ORDEM DO DIA: Orçamento 2019 e revisão do PPA são aprovados

Da Redação

Os deputados estaduais aprovaram 15 projetos durante a sessão ordinária e uma extraordinária realizadas na quarta-feira (12). Entre os destaques passaram pelo plenário em primeira votação, com pareceres favoráveis das respectivas comissões permanentes, a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a terceira revisão do Plano Plurianual (PPA), ambos de autoria do Governo do Estado.

O Projeto de Lei 189/2018 estima receita de R\$ 15,048 bilhões para o ano que vem. Segundo o presidente da Assembleia Legislativa, Junior Mochi (MDB), fo-

ram apresentadas pelos deputados 167 emendas ao texto do Executivo. Já o Projeto de Lei 188/2019, apresenta a revisão do PPA para o triênio 2016-2019. Ambos os projetos seguem para a segunda apreciação em plenário.

Em regime de tramitação urgente foi aprovado em segunda discussão o Projeto de Lei 202/2018, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS), que visa instituir o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) de débitos decorrentes de sanções aplicadas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Já em primeira discussão foram analisados os Projetos de Lei Com-

plementar: 14/2018, que altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 127/2008, que institui o sistema remuneratório, por meio de subsídio, para os servidores públicos integrantes das carreiras Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar; 15/2018, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul para os exercícios de 2019 e 2020; e 16/2018, que fixa o efetivo da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, para os exercícios de 2019 e 2020. Todos foram aprovados em segunda discussão.

Também em primeira foram aprovados os Projetos de Lei: 209/2018, que estabelece a Tabela



Os deputados estaduais aprovaram 15 projetos durante a sessão (Fotos: Victor Chileno)

de Valores das Taxas de Fiscalização e de Serviços da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (Agepan); 210/2018, que altera a redação do caput do art. 3º e do parágrafo 2º do art. 5º da Lei Estadual nº 4.147/2011; 200/2018, do Poder Judiciário, que transforma cargos da estrutura de pessoal da magistratura desse órgão estadual; altera dispositivos da Lei 1.511, de 5 de julho de 1994; e dá outras providências; 211/2018, que altera a redação do caput do art. 10 da Lei nº 4.715/2015 e dos artigos 3º e 18 da Lei 4.857/2016. Na prática, a proposta amplia os prazos de adesão às políticas públicas de regularização, renegociação de dívidas e concessão de descontos em relação

aos contratos de imóveis administrados pela Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (Agehab-MS) que estejam inseridos no programa Morar Legal ou Morar Legal-Regulamentação.

Em redação final foi aprovado o Projeto de Lei 119/2018, de autoria do deputado Dr. Paulo Siufi (MDB). A proposta dispõe sobre a proibição do funcionamento dos cursos de graduação da área de saúde, na modalidade de Ensino a Distância (EAD), desde que esta oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do curso, e que estas disciplinas não contemplem as matérias formadoras de competências e habilidades técnicas específicas de cada graduação. Foi,

ainda, aprovado em discussão única, o Projeto de Lei 195/2018, de autoria do deputado João Grandão (PT), declara como Utilidade Pública a Associação de Produção Familiar Terra Viva, P.A. Savana, com sede em Japorã.

Por fim, em segunda discussão, o Projeto de Lei 161/2018, de autoria do deputado Cabo Almi (PT), visa alterar a Lei nº 2.433/2002, que dispõe sobre a concessão de benefício fiscal nas vendas de veículos de duas rodas (motocicletas) para mototaxista e motoentregador e o Projeto de Lei 182/2018, de autoria do deputado Eduardo Rocha (MDB), inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Cavalgada de Bonito.

População prejudicada



Sem concurso para a Polícia Militar, o policiamento prestado à população poderá ser afetado ainda mais. Anonimamente, policiais têm denunciado a falta de estrutura para a realização do policiamento ostensivo e preventivo

Verdade incomoda e Sindetran passa a ser perseguido

|| As ações contundentes de combate à corrupção por parte do Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) estão incomodando. É o que se pode constatar com a série de medidas por parte da diretoria do Detran, que evidenciam a perseguição ao Sindicato.

Na última semana, o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior, foi convidado a prestar esclarecimentos à Corregedoria do Detran por supostas denúncias à diretoria do Detran. O incomodo partiu de um vídeo gravado por Sakai, em que são enumerados problemas no órgão. “Todas as denúncias apresentadas no vídeo são comprovadas documentalmente pelo Sindetran-MS, inclusive com pedidos de investigação feitos à justiça. Nada do que denunciemos é vazio”, argumenta o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

Entre as mazelas citadas no vídeo está a contratação de empresa para realizar serviço que os próprios funcionários executavam. A famigerada licitação de 17 milhões, que foi denunciada

pelo Sindetran-MS, foi comprovada como ilegal judicialmente e acarretou outras investigações que culminaram na prisão de toda a cúpula do Detran. “O sucateamento do órgão é visível com a falta de investimento em infraestrutura e tecnologia. Não há abertura de concursos públicos para que se mantenham os servidores comissionados. Os servidores efetivos não recebem capacitação, equipamentos de trabalho e nem um salário digno, para que aos poucos sejam substituídos por comissionados, ou empresas terceirizadas”, explica Sakai.

Para a diretoria do Sindetran-MS, a perseguição aos servidores que trabalham com o Sindicato só comprova os interesses escusos por parte do governo e da diretoria do Detran. “Essas medidas da diretoria do Detran nos dão a certeza de que estamos fazendo um bom trabalho ao denunciar as irregularidades em nosso órgão. Porém ficamos entristecidos com isso, pois estamos lutando por condições de trabalho dignas e um órgão técnico e se somos perseguidos, indica que os gestores



Presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai

não estão nessa luta conosco”, explica o secretário geral do Sindetran-MS, Bruno Alves.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

A perseguição se estende à priva-

ção do direito de defesa, evidenciando a falta de escrúpulos de quem persegue. Através de processo administrativo, a Diretoria de Administração e Finanças do Detran resolveu retirar o adicional de função de presidente do Sindetran-MS, usando como justificativa o afastamento em mandato classista. Octacílio Sakai Junior foi notificado que terá um desconto de mais de 40 mil reais em seus proventos, por causa dos retroativos, com prazo de recurso de 10 dias. Porém os benefícios foram cortados antes do fim do prazo de recurso. “Não temos o direito de nos defender, tamanha a vontade de calar o sindicato”, exclama Sakai.

A perseguição de servidores coloca em risco o princípio democrático de participação popular na fiscalização da Administração Pública. “Os sindicatos são mecanismos de defesa dos interesses da categoria, e as medidas implementadas pelo Governo ao perseguir os dirigentes sindicais representa sua postura autoritária e antidemocrática”, finaliza Sakai.

Sindetran-MS visita Agência de Corumbá e Ladário

|| A diretoria do Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) visitou as agências do Detran de Corumbá e Ladário, para conversar com servidores e verificar as condições de trabalho nos locais. Várias demandas foram constatadas, que passam a fazer parte das reivindicações do Sindicato.

Em Corumbá, foram encontrados vários casos de desvio de função, fato que ocorre com frequência em agências do interior, por falta de servidores concursados. “Desvio de função é comum nas regionais. Tem Gestores de Educação lotados na Agência, mas são poucas as regionais que

trabalham política de educação de trânsito nos municípios, por isso eles exercem outras funções”, explica o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

Um dos pedidos dos servidores de Corumbá foi a implantação de um programa de capacitação para atualizar os servidores. “As capacitações e atualizações devem ser contínuas. Os servidores precisam desses cursos para melhorar a qualidade do serviço prestado. E ao vermos os próprios servidores pedindo capacitação, vemos o comprometimento que eles têm com a prestação de um serviço de qualidade”, disse Sakai.

Em Ladário, a estrutura física da Agência é o grande problema dos funcionários. Pátio coberto de entulhos e mato, muros, paredes e até a fachada da Agência caindo, mostram o total descaso com o local, que foi inaugurado em 2009. Segundo os servidores, a situação de visível abandono reflete casos de corrupção na prefeitura da cidade. “É lamentável o estado estrutural da Agência de Ladário. Precisamos de uma intervenção rápida pela saúde dos servidores e usuários do Detran da cidade”, exclamou Sakai.

VISITAS

As visitas às Agências do Detran do interior do estado

fazem parte da rotina da diretoria do Sindetran-MS para conversar com os servidores e verificar as condições de trabalho. Durante as visitas, o Sindetran-MS tem constatado precárias condições de trabalho com degradação das agências, servidores com uniformes velhos e sem material de trabalho, entre outros fatores que comprovam o sucateamento do órgão. “Essa falta de investimento é mais evidente no interior, mostrando que o governo e a diretoria do órgão não estão preocupados com a qualidade do serviço. Esse comportamento evidencia o sucateamento do órgão para que haja mais terceirizações, mais

licitações fraudulentas e mais casos de corrupção”, denuncia Sakai.

Desde o início da atual gestão, o Sindetran-MS tem visitado agências e denunciado o descaso com o patrimônio público por parte das muitas administrações que passam. “Esse descaso representa um desrespeito ao servidor e, sobretudo, ao contribuinte que não vê a aplicação dos recursos ali colocados. Visitar agências em estado de deterioração num órgão que arrecada milhões e está presente em todos os municípios do estado é vergonhoso”, completa o secretário geral do Sindetran-MS, Bruno Alves.

AME AMPLIA LAZER AOS SEUS ASSOCIADOS

|| A diretoria da AME-MS – Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul, visando ampliar sua representatividade e proporcionar mais diversão aos seus associados, inaugurou na quinta-feira (13), mais uma etapa de obras no salão de festas da entidade, na área de convivência e no estacionamento.

Com capacidade para 600 pessoas, o salão social da AME agora é dotado de climatizadores e possui uma entrada social totalmente estilizada, acompanhando o design de outros salões consagrados da capital.



Diretoria da AME-MS – Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul

O salão de festas agora possui um projeto arquitetônico e paisagístico, plantas também foram colocadas no local, proporcionando um visual moderno.

O novo Hall de acesso tem estrutura coberta visando proteger os frequentadores das intempéries do clima. De forma rotativa veículos poderão desembarcar seus passageiros, além de contar com uma ante-sala de recepção para trabalhos de cerimonial. A área total da entidade possui vagas para 600 veículos.

O novo estacionamento inaugurado ao lado do salão tem canteiros centrais, com lindas palmeiras. Este novo espaço será específico para os associados e tem uma área de 700 metros quadrados de construção com 10 cm de profundidade de inserção de concreto usinado, que resultaram em 36 novas vagas, sendo 4 delas de acesso exclusivo para idosos e cadeirantes.

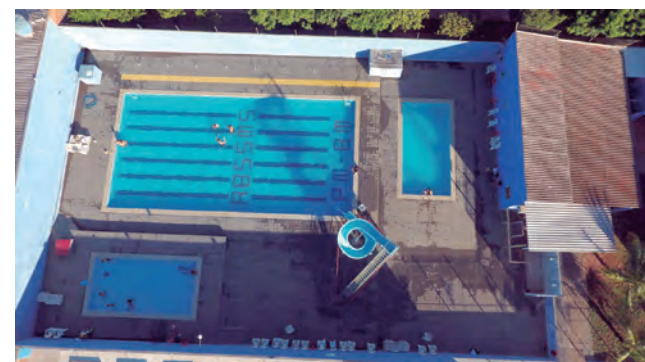
Na área de convivência foram inseridos bancos e pisos. A área que pertence ao espaço poliesportivo recebeu nova iluminação, jardinagem, paisagismo dotado de captação de água fluvial ecologicamente correta.

SEGURANÇA E PRIVACIDADE

O muro recentemente inaugurado substituiu as antigas telas e agora tem 3,40m de altura, tem pinturas estilizadas com brasões da AME-MS, PMMS e CB-MMS, em homenagem aos associados da entidade integrantes das corporações. A calçada foi construída com piso tátil, além de inserção de grama e um novo portão lateral de 3,20 de altura por 6,80 de largura para entrada e saída de caminhões.

Com objetivo de oferecer cada vez mais segurança e privacidade aos associados, a portaria central também foi melhorada com sistema de monitoramento eletrônico. A área de entrada foi pintada e painéis novos informativos foram alocados.

Além disso, as pias dos quiosques foram trocadas por novas. O parque aquático também foi reestruturado e agora conta com cadeiras e mesas com guarda-sol, e acessibilidade para os banheiros das piscinas.



Saúde e bem-estar

Investimentos ainda foram feitos na área estrutural da academia. Aulas de natação e hidroginástica estão à disposição no parque aquático que também possui piscina infantil.

Interior

Na Capital a AME-MS oferece aos associados do interior um convênio de hotel, com o Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social em MS – Sints/MS. A hospedagem é oferecida gratuitamente aos associados do interior, desde que agendada antecipadamente. Para maiores informações de agendamento o contato deve ser feito durante horário de expediente, com Deriane ou Tenente Jorge nos telefones: 3027-1434 ou 99624-3908.

Serviço

AME-MS Representativa
A diretoria da entidade sempre atuante tem cobrado diuturnamente dos poderes constituídos através de expedientes e ações judiciais, a manutenção dos direitos de seus associados. O departamento jurídico tem conquistado diversas vitórias judiciais.

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Sacramento central da Igreja	Escultura que retrata a esposa de Akhenaton	Movimento político racista que apoia Trump (EUA)	André (?), tenista brasileiro	Projeto do Ministério Público Federal com tópicos polêmicos (2016-17)
Registros escritos de assembleias	Incomum (fem.) Incombustível	Tomar uma (?): fazer alguma coisa	Freguesia do (?), bairro de São Paulo	Reflexão sonora Antigamente Ditongo de "beijo" Tesla (símbolo)
Octavio Paz, poeta mexicano	Embalagem de inseticida doméstico	Dotar de asas	Antônimo (abrev.) Rio russo Maior cidade do Canadá Sufixo de "vinhedo"	Feitio do rodo Vitamina antigripal Sapo, em inglês
Cidade natal de Juscelino Kubitschek (MG)	Jornal esportivo da Argentina	Em condição de réu	Perdas de qualidade Móvel do escritório	
Entidade infantil da Umbanda	Ginástica que trabalha a respiração	Arrancar; segurar Ouvido, em inglês	(?) Guedes, apresentador de TV	
Força que move o romeiro		(?) rara: pessoa ou coisa incomum		Grafema incorreto em "caçino"

BANCO 3/ars — ear — obl. 4/avis — toad. 5/apro — reato. 1/1/diagramação. 1/6/buisto de nefertht. 33

Policia civil lança livro sobre poesias

Em meio a inquéritos policiais, oitavas e a luta diária contra a criminalidade, a policial civil Joana de Oviedo (52 anos), encontra inspiração para escrever poesias sobre a infância, o efeito do tempo, o amor, as perdas e a morte. Recentemente, ela reuniu seus textos e os publicou no livro “Pérolas Telúricas”. A escritora de polícia judiciária buscou apoio em fundos de incentivo à cultura, porém diante das negativas, investiu todo o valor de suas férias trabalhistas para custear a impressão dos exemplares. “Este é o meu terceiro livro de poesias, mas também colaborei com alguns textos para coletâneas. Minha principal temática é o tempo que assola nossos planos e sonhos, apagando coisas essenciais”, explica Joana. Em “Pérolas Telúricas”, Joana reflete sobre o “sofrimento” que incita o poeta a escrever, tal qual uma ostra ao produzir pérolas.



NOTA SOBRE A AUTORA:

Joana de Oviedo é escritora da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul desde 2004. Formada em Pedagogia, Psicologia e Direito. Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica. Escreveu dois livros solos: Caminhos interiores e SER – poesia. Participou com outros poetas nas Coletâneas: Janela Poética, Ramagens e Mulheres. É sócia fundadora da Academia municipalista de Letras de Paranaíba, ocupando a 4ª. Cadeira, tendo Castro Alves como Patrono.

“Oh, pérolas!
Por que, e por quem me fez sangrar?
Oh, areia! Que construiu meu deserto
onde tive que passar, e as mais lindas pérolas
de ti transformar?

Com dores de parto, suportar...
Suportar o frio da alma desnuda
e o calor desértico de um sofrer
para um morrer e só então ressuscitar!?”

O livro pode ser adquirido através do site da Livraria Cultura ao preço unitário R\$ 43,05.



PASSATEMPOS COQUETEL: OS MAIS VARIADOS FORMATOS E NÍVEIS PARA VOCÊ

COQUETEL revistascoquetel @coquetel www.coquetel.com.br #FAÇAQUETEL

Solução

3	5	A	V	R	G	V	I	D	
1	2	S	I	L	V	A	S		
4	6	E	D	I	L	E	I	V	
7	8	U	M	A	R				
9	10	R	O	T	O	T	I	O	
11	12	O	R	S	O	R			
13	14	O	R	E	A	T	O		
15	16	C	R	E	L	E			
17	18	I	N	O	R	O	T	O	
19	20	T	E	R	A	R			
21	22	A	V	A	N	T	I		
23	24	O	F	A	T	I	D		
25	26	T	O	E					
27	28	S	R	A	V	A			
29	30	E	C	R	A	S	T		
31	32	P	A	R	I	S	T		
33	34								

cassems.com.br

Cassems cada vez maior e melhor.

Agora, entrega a **Corumbá** o hospital mais moderno da região.

10º HOSPITAL DA REDE CASSEMS

Mais um grande sonho se realiza. Agora, no **coração do Pantanal**. Sonhos cada vez maiores e que fazem da **Cassems** um dos **melhores planos de saúde do Brasil**. A **Cassems** entrega a **Corumbá** o **10º hospital da sua rede própria**. Equipado com tecnologia de ponta, centro de especialidades médicas e de diagnóstico por imagem, e atendimento humanizado, o novo hospital já está de portas abertas para atender o povo pantaneiro.

Em Corumbá, construções guardam histórias.
A nossa guarda o futuro.

4,5 mil m²
construídos

50 leitos

Pronto Atendimento
24 horas

Centro
odontológico

Centro de
**especialidades
 médicas**

Centro de
**diagnóstico
 por imagem**

Dra. Maria Auxiliadora Budib
 Responsável Técnica Médica e
 Diretora de Assistência à Saúde
 Médica - CRM-MS 2906 / RQE 544

CASSEMS ANS - nº 413534